

## FONTES PARA A HISTÓRIA DO COMÉRCIO DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO

Eulália Maria Lahmeyer Lobo\*

Por longo tempo prevaleceu na historiografia brasileira a pesquisa da plantagem escravagista e do comércio a longa distância, de importação e exportação. Uma corrente interpretativa considerava que as cidades seriam, no Brasil, *apêndices do campo*, e a *burguesia mercantil e a financeira* permaneceriam subordinadas a elite dominante de grandes proprietários rurais. As pesquisas relativas ao comércio por atacado e à varejo destinados ao mercado interno ficam em segundo plano.

Neste artigo serão enfatizadas as fontes para o estudo do mercado interno da cidade do Rio de Janeiro do período colonial a atualidade e subsidiariamente as referentes ao abastecimento deste porto e ao comércio de cabotagem e externo. Naturalmente só poderão ser indicadas as fontes principais, dada a amplitude do tema. O Rio de Janeiro, devido ao papel que desempenhou inicialmente na defesa da fronteira meridional da colônia, posteriormente na garantia da dominação lusa sobre as regiões mineiras e como sede do governo colonial do reino unido e capital do país, tem uma importância especial na história do Brasil. Apesar de sua inserção numa economia de plantagem escravagista exportadora da cana-de-açúcar e mais tarde do café, o Rio de Janeiro pode formar um mercado interno, como centro importador e exportador. Ciro Flamarion Cardoso<sup>1</sup> lembra que Marcello Carmagnani nega a existência de uma

\* Professora emérita da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil.

<sup>1</sup> Ciro Flamarion Santana Cardoso, "Brasil y Venezuela. Introducción" in Enrique Florescano (coord.), *Orígenes y desarrollo de la burguesía en América Latina, 1700-1955*, Editorial Nueva Imagen, México, 1985, pp.165-169; Marcello Carmagnani, *Formación y crisis de un sistema feudal, América Latina del siglo XVI a nuestros días*, trad. de Félix Blanco, Siglo XXI Editores, México, 1976.

burguesia na América Latina; Florestan Fernandes<sup>2</sup> propõe um modelo estamental inicial e de classes tardio, e outros autores situam a formação da burguesia em fins do século XIX. Nas minhas pesquisas concluo que houve uma burguesia mercantil no Rio de Janeiro desde a colônia, acumulando capital no comércio e por meio dos empréstimos e mais tarde, no século XIX, já intervindo na esfera da produção (fábricas com mão-de-obra escrava e livre). Participavam desta burguesia do porto do Rio de Janeiro comerciantes metropolitanos e estrangeiros e o progresso da burguesia na segunda metade do século XIX relaciona-se com a crise da escravidão, a expansão da imigração, o desenvolvimento da pré-indústria, as mudanças institucionais, a transformação gradual da terra em mercadoria, a regulamentação do sistema bancário e das sociedades anônimas.<sup>3</sup>

A principal fonte<sup>4</sup> sobre o surgimento de comerciantes da colônia que começam a resistir à política de obrigatoriedade de compra de gêneros metropolitanos e de transporte das mercadorias nas frotas, é a das Atas do Conselho Ultramarino conservadas no Arquivo Ultramarino em Lisboa. As reivindicações dos comerciantes coloniais por atacado, e em particular do Rio de Janeiro, aparecem nas Atas que registram as solicitações das câmaras municipais sobre substituição de importações por produtos locais, a partir do século XVII.<sup>5</sup> No século XVIII, Pombal procura combater os comerciantes atacadistas e expandir o controle de Portugal sobre o intercâmbio transatlântico. O Rio de Janeiro não consegue autorização para constituir uma Mesa do Bem Comum dos Homens de Negócios do Espírito Santo, órgão de representação dos comerciantes e as de Lisboa e Salvador são fechadas, porém o Rio permanece livre das companhias de comércio monopolistas régias.

Outro acervo fundamental de fontes sobre o comércio é o da Real Junta do Comércio do reino e domínios, instituída pelo rei D. José por decreto de setembro de 1755, cujos estatutos foram aprovados em dezembro de 1756. Por carta de lei de julho de 1788,<sup>6</sup> a rainha dona Maria erigiu a Real Junta do Comércio em tribunal supremo com o título de Real Junta de Comércio, Agricultura, Fábricas e Navegação dos reinos e domínios portugueses. Era subordinada ao Conselho da Fazenda e ao Real Erário e foi criada para combater a autonomia das Mesas do Bem Comum dos Homens de Negócios do Espírito Santo, organizações

<sup>2</sup> Florestan Fernandes, "Problemas de conceptualización de las clases sociales en América Latina" in *Las clases sociales en América Latina. Problemas de conceptualización*, Siglo XXI Editores, México, 1973, pp.191-276.

<sup>3</sup> Eulália Maria Lahmeyer Lobo, "La burguesía comercial de Río de Janeiro, siglos XIX-XX" in Enrique Florescano, *op. cit.*, pp. 171-206.

<sup>4</sup> Eulália Maria Lahmeyer Lobo, *Aspectos da influência dos homens de negócio na política comercial ibero-americana -século xvii*, Rio de Janeiro, s. e., 1963.

<sup>5</sup> Eulália Maria Lahmeyer Lobo, *Alguns aspectos da Mesa do Bem Comum dos Mercadores. Séculos xvii e xviii* in *Actas do Colóquio Internacional de Estudos Luso Brasileiros*, Coimbra, 1965, v. 2, pp. 5-9.

<sup>6</sup> Arquivo Nacional, Rio de Janeiro, códice 440, documento núm. 7, impresso, 1788.

privadas de caráter corporativo, e para formular uma política de fomento a economia e não meramente fiscal.

A Real Junta foi fundada no Rio de Janeiro em 1808 com a vinda da família real para esta cidade, onde se instalou a Corte. Corresponhia à Junta a aplicação de leis de estímulo as fábricas, aos inventores e introdutores de máquinas, a concessão de provisões de fábricas, de matrículas de comerciantes, de oficial, de licenças de comércio e de companhias de seguro. A Aula do Comércio e as Mesas de Inspeção eram subordinadas à Junta. As Mesas fixavam preços, classificavam produtos, estabeleciam as taxas dos lucros, forneciam capital de giro aos comerciantes. As alfândegas também estavam sob a égide da Junta que subsiste mesmo após a independência do Brasil, até 1849. O Código Comercial de 1850 cria juntas comerciais que visavam apenas sistematizar um registro público dos estabelecimentos comerciais, industriais e financeiros, e das mudanças que ocorressem em sua organização. Eram subordinadas ao Ministério da Justiça e, posteriormente, ao Ministério da Indústria e Comércio.

A documentação da primeira Junta do Comércio, Agricultura, Fábricas e Navegação compreende: consultas sobre proibição de comércio de comissários volantes, de contrabando, regulamentação do comércio de estrangeiros. As medidas em relação à oficinas e fábricas retratam as relações entre a acumulação de capital no comércio que foi investido nestas empresas. Além das consultas são de grande importância os registros de empresas comerciais que contém dados sobre capital, sócios, estatutos, ramos, localização, parte dos quais é susceptível de quantificação. Este acervo encontra-se no Arquivo Nacional no Rio de Janeiro. As Juntas criadas em 1850 fornecem número de sócios, nomes, nacionalidade, endereço, objetivo da firma, capital social, retirada dos sócios, tempo de duração, cláusulas sobre morte dos sócios, dissolução da sociedade, reinvestimentos, distribuição de lucros. Marieta de Moraes Ferreira<sup>7</sup> analisou as possibilidades de uso dessa fonte para analisar a estrutura, o funcionamento, as conjunturas, a evolução, a distribuição espacial das empresas. A única limitação dessa fonte é a não obrigatoriedade do registro porém a maioria dos empresários preferia fazê-lo para poder usufruir de uma série de vantagens. A homogeneidade dos dados dos registros é propícia ao tratamento quantitativo. Os registros permitem tanto o estudo do comércio por atacado e a varejo destinado ao mercado interno como ao de exportação dos vários produtos, café, açúcar, etc. e de importação.

Wagner Chagas de Menezes,<sup>8</sup> em recente dissertação sobre o pequeno comércio do Rio de Janeiro, usou além dos livros dos contratos sociais da Junta Comercial, os processos do juízo da Câmara Comercial do Tribunal Civil e Criminal. A coleção

<sup>7</sup> Marieta de Moraes Ferreira, "A crise dos comissários de café do Rio de Janeiro", dissertação de mestrado em história, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia-Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1977, mimeo.

<sup>8</sup> Wagner Chagas Menezes, "'Costurando os retalhos': configuração e cotidiano do pequeno comércio do espaço central da cidade do Rio de Janeiro, 1889-1903", dissertação de mestrado em história, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia-Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1998, mimeo.

do Almanaque Laemmert também fornece listas das firmas por especialidade para o Rio de Janeiro. A fim de facilitar o uso desta fonte consolidei os dados em tabelas que publiquei num trabalho sobre o Rio de Janeiro.<sup>9</sup>

No Arquivo Geral da cidade do Rio de Janeiro encontram-se os códices de registros de licesas de comércio e ofícios do Senado da Câmara desta cidade. Foi realizado um levantamento desses manuscritos por Hortência Baamonte e Ondemar Ferreira Dias (mimeo). Esta série estende-se de 1790 a 1820. Infelizmente boa parte das atas da Câmara Municipal do Rio de Janeiro perdeu-se. O boletim desta instituição traz informações sobre reivindicações e lutas políticas dos comerciantes, contidas em documentos, tais como relatórios.<sup>10</sup>

O Ministério da Fazenda publica estatísticas fiscais a partir de 1856-1857 que contêm dados sobre as casas comerciais do Rio de Janeiro por ramo, nacionalidade e capital. Estas estatísticas estão incluídas nas Propostas e Relatórios do Ministério da Fazenda, apresentados pelos ministros à Assembléia Geral Legislativa. São publicadas anualmente pela Imprensa Nacional, e a Biblioteca Nacional, situada no Rio de Janeiro, possui a coleção completa, na Seção de Publicações Oficiais.

O censo do governo municipal da Corte de 1852, os censos de 1872, 1890, 1906 relativos ao Rio de Janeiro e o de 1909 referente ao país também fornecem informações quantitativas sobre o comércio carioca. Os recenseamentos mais recentes foram feitos pela Direção Geral de Estatística (1920) e pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1940, 1950, 1960, 1970, 1980, 1990, sediado no Rio de Janeiro. Os relatórios das exposições universais também descrevem e avaliam quantitativamente o comércio no Brasil e no Rio.<sup>11</sup>

<sup>9</sup> Eulália Maria Lahmeyer Lobo, *História do Rio de Janeiro, do capital comercial ao industrial e financeiro*, IBMEC, Rio de Janeiro, 1978, 2 v.

<sup>10</sup> Arquivo Geral da cidade do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Câmara Municipal da Corte, *Relatório apresentado a Ilma. Câmara Municipal da Corte pelo presidente da mesma, Cândido Borges de Monteiro à Câmara em 7 de janeiro de 1853*, Tipografia do Correio Mercantil de Rodrigues, Rio de Janeiro, 1855.

<sup>11</sup> *Recenseamento Geral do Brasil de 1 de setembro de 1940*, Serviço Nacional de Recenseamento-Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Rio de Janeiro, 1950, v. 3 (Série Nacional, Censos Econômicos, Agrícola, Industrial); Rio de Janeiro, 1950, t. 2, v. 24 (Série Nacional, Censos Econômicos, Agrícola, Industrial); Rio de Janeiro, 1950, t. 2, v. 24 (Série Regional, Distrito Federal, Censos Econômicos, Agrícola, Industrial; Comercial e dos Serviços); Rio de Janeiro, 1950, v. 3 (Série Nacional, Censos Econômicos, Agrícola, Industrial, Comercial e dos Serviços); Rio de Janeiro, 1956, t. 2, v. 34 (Série Regional, Distrito Federal, Censos Econômicos, Agrícola, Industrial, Comercial e dos Serviços).

Informações básicas da cidade do Rio de Janeiro, Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, Secretaria Municipal de Planejamento e Coordenação Geral, 1979, resume e consolida dados estatísticos sobre o comércio atacadista, varejista, feiras livres e supermercados e companhias de armazenagem (número de estabelecimentos, ramos, pessoal empregado, salários, distribuição espacial) e movimento do porto. O censo de 1970 inclui também descrição do sistema de transporte. Os censos posteriores ao de 1970 obedecem ao mesmo padrão deste, delineado acima.

Para o período pré-estatístico os relatórios das exposições dão uma idéia sobre a produção, o comércio. Rosendo Moniz Barreto, *Exposição Nacional de 1875*, notas e observações, Typ. Nacional, Rio de Janeiro, 1876; *Boletim Comemorativo de Exposição Nacional de 1908*, Directoria Geral de Esta-

Outras fontes tais como as dos arquivos das empresas, são geralmente de difícil acesso devido a preocupação das firmas com o pagamento do imposto de renda. Geralmente contêm: livros de atas, de contabilidade, recibos, relatórios da gerência e, às vezes, fotografias e material de propaganda.

Os arquivos dos bancos comerciais possuem documentação sobre empréstimos, avaliação das empresas devedoras que podem ser úteis na análise do comércio.

O arquivo da Bolsa de Valores do Rio de Janeiro também espelha a evolução de empresas de maior porte que negociam suas ações.

Os jornais, particularmente os especializados no mundo dos negócios, como a *Gazeta Mercantil* e o *Jornal do Comércio*, refletem as condições de vida, as preocupações, a situação econômica dos comerciantes. Wagner Chagas Menezes<sup>12</sup> soube aproveitar eficazmente a coluna “Queixas do povo”, do *Jornal do Brasil*, na análise das relações entre comerciantes e consumidores.

Os jornais da comunidade imigrante portuguesa,<sup>13</sup> residente no Rio de Janeiro, publicam histórias de vida de comerciantes visando exaltar as qualidades e contribuições do grupo para a sociedade. As vezes entrevistas acompanham essas reportagens. Sobre o comércio dos portugueses no mercado interno e externo do Rio de Janeiro e seu papel político destacam-se os trabalhos de Anne Marie Pescatello,<sup>14</sup> o de Lenira Menezes Martinho<sup>15</sup> e Riva Gorenstein. A primeira fez um extenso levantamento das estatísticas da emigração portuguesa para o Rio de Janeiro, das profissões dos imigrantes lusos e em particular dos comerciantes. A segunda estudou a história social das firmas portuguesas do Rio de Janeiro, analisando o papel político dos caixeiros no movimento da independência e do início da Regência, e a última traça o perfil social dos negociantes portugueses de grosso trato do Rio de Janeiro e do seu papel político na

---

tística, Rio de Janeiro, 1908 (contém a estatística industrial de 1907); Agostinho Victor Borja Castro, *Relatório da Segunda Exposição de 1866*, publicado por ordem do ministro secretário de Estado dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, Rio de Janeiro, Typ. Perseverança, 1869, *Catálogo da Segunda Exposição Nacional de 1866*, Typ. Perseverança, Rio de Janeiro, 1866; *Dar Kaiserreich Brasilien auf der Wiener Weltausstellung von 1873*, Universal Buchdruckerei von E. e H. Laemmert, Rio de Janeiro, 1873; *Feira Anual do Distrito Federal, Rio de Janeiro, 1919*, Imprensa Nacional, 1922; Antônio José de Souza Rego, *Relatório da Segunda Exposição de 1866*, publicado por ordem do ministro secretário de Estado dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, Typ. Nacional, Rio de Janeiro, 1869; *Relatório Geral e Relatório dos Jurys da Exposição Nacional de 1861*, Typ. do Diário do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1862.

<sup>12</sup> Wagner Chagas Menezes, *op. cit.*

<sup>13</sup> *O Mundo Português*, Rio de Janeiro, 1948 até a atualidade é o mais importante, e *Voz de Portugal*.

<sup>14</sup> Anne Marie Pescatello, “The both ends of the journey, an historical migration and change in Brazil and Portugal, 1889-1904”, tese de doutorado em história, Universidade da Califórnia em Los Angeles, 1970, mimeo.

<sup>15</sup> Lenira Menezes Martinho e Riva Gorenstein, *Negociantes e caixeiros na sociedade da independência*, Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro/Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes, Rio de Janeiro, 1993.

época da independência. Estes dois ensaios pioneiros completam-se tratando da posição social, política e económica da mão-de-obra e do grupo dominante do comércio na fase da transição para a independência. O meu trabalho sobre os portugueses no Brasil,<sup>16</sup> de fins do século XIX a década de 1970, trata do intercâmbio cultural e económico luso-brasileira, dando relevância ao comércio, interno e externo, exercido por essa comunidade.

As pesquisas sobre mão-de-obra do setor de serviços são raras, além da tese acima mencionada de Lenira Menezes Martinho, deve-se salientar o artigo de Eduardo Navarro Stotz,<sup>17</sup> que usou as reminiscências dos caixeiros publicadas no *Boletim da Associação dos Empregados do Comércio do Rio de Janeiro*. Os depoimentos são muito ricos em dados sobre como viviamos caixeiros, suas relações com os patrões, suas reivindicações, suas posições políticas.

Ferreira da Rosa<sup>18</sup> publicou trabalho descritivo em 1930, narrando os 50 anos de existência da Associação dos Empregados do Comércio.

Sobre os organismos de representação dos comerciantes a bibliografia é escassa, em relação à Mesa do Bem Comum dos Homens de Negócio já mencionada, a documentação encontra-se em Portugal; quanto a Associação Comercial foi publicada uma história de tipo descritivo<sup>19</sup> que só se ocupa de questões institucionais e efemérides e não analisam as reivindicações e lutas da classe.

Sobre os mecanismos de ascensão social e política de certas categorias de comerciantes que envolvem suas relações com os grandes fazendeiros agroexportadores, a bibliografia é escassa, podendo-se citar um estudo de minha autoria relativo ao século XVIII num contexto comparativo de Charleston e Rio de Janeiro;<sup>20</sup> o trabalho de João Fragoso<sup>21</sup> sobre os homens da grossa aventura, no século XIX; o já citado de Riva Gorestein; o de Alcir Lenharo<sup>22</sup> que trata do papel político dos comerciantes de Minas Gerais que abasteciam a capital, e o de Maria Yedda Leite Linhares e Francisco Carlos Teixeira da Silva<sup>23</sup> que discute o pro-

<sup>16</sup> Eulália Maria Lahmeyer Lobo, *Portugueses en Brasil en el siglo xx*, Editorial MAPFRE, Madrid, 1994.

<sup>17</sup> Eduardo Navarro Stotz, "Os tempos do Maldito Rejuime. Reminiscências dos caixeiros do Rio de Janeiro", *História em Cadernos*, vol. IV, núm. 2, jan.-jun., 1986, pp. 10-19. A fonte básica é o *Boletim da Associação dos Empregados do Comercio do Rio de Janeiro*, ano 1, 1925-1926.

<sup>18</sup> Ferreira da Rosa, *Meio século. Narrativa histórica da Associação dos Empregados no Comercio do Rio de Janeiro*, Empreza Graphica Editora, Paulo Pongetti e Cia., Rio de Janeiro, 1930 (50º aniversário da Associação).

<sup>19</sup> Eudes Barros, *A Associação Comercial no Império e na República*, Gráfica Olímpica, Rio de Janeiro, 1959.

<sup>20</sup> Eulália Maria Lahmeyer Lobo, "Rio de Janeiro e Charleston, S. C. As comunidades de mercadores no século XVIII", *Journal of Inter-American Studies and World Affairs*, vol. XII, núm. 4, outubro, 1970, Florida, pp. 565-582.

<sup>21</sup> João Luís Ribeiro Fragoso, *Homens da grossa aventura: acumulação e hierarquia na praça do Rio de Janeiro (1790-1830)*, Arquivo Nacional, Rio de Janeiro, 1992.

<sup>22</sup> Alcir Lenharo, *As tropas da moderação, o abastecimento da Corte na formação política do Brasil: 1808-1842*, Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro/ Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes, Rio de Janeiro, 1993.

<sup>23</sup> Maria Yedda Leite Linhares e Francisco Carlos Teixeira da Silva, *História política do abastecimento (1918-1974)*, Binagri Edições, Rio de Janeiro, 1979.

blema do abastecimento em termos nacionais no período de 1918 a 1974. O abastecimento do Rio de Janeiro no período colonial era suprido pela navegação de cabotagem que transportava gêneros alimentícios do sul; carne seca, peixe seco, do nordeste, do norte e da região correspondente ao estado do Rio (Parati, Angra, Cabo Frio, principalmente). As correntes de abastecimento do interior desenvolveram-se com a descoberta do ouro, estendendo-se até Minas Gerais, São Paulo, Goiás, Mato Grosso. Este comércio foi favorecido pela formação de um mercado consumidor nessas regiões atendido pela produção local e pelas mercadorias importadas pelo Rio. Wilson Cano<sup>24</sup> procurou dimensionar a parcela do lucro da mineração que ficou no porto. A região em torno do Rio de Janeiro era preferencialmente dedicada a plantagem de cana-de-açúcar, gradualmente substituída pelo café. A metrópole procurava assegurar o consumo dos gêneros do estanco (farinha de trigo, azeite, bacalhau, vinho) pela colônia. A Câmara carioca conseguia repetidas vezes autorização para substituí-los por produtos locais (aguardente, mandioca, etc.) oferecendo o pagamento de impostos destinados ao sustento da tropa. Alguns gêneros provinham da África. Apesar da prioridade do comércio de exportação de açúcar, madeiras, depois café, e de importação de escravos, marfim, metais da África, e de artigos manufaturados da Europa, havia dentro de certos limites uma política do abastecimento do mercado interno urbano, assegurando o transporte, controlando a criação de gado para impedir a devastação da agricultura, estimulando a produção de mandioca. O principal instrumento da formulação de uma política de abastecimento era a Câmara Municipal que controlava preços, qualidade dos produtos, cobrava medidas do Conselho Ultramarino. Alcir Lenharo<sup>25</sup> refere-se a articulação das quitandas do interior de Minas Gerais com a Câmara do Rio através de contratos renovados anualmente, já no século XIX, e revela também as ligações entre tropeiros e governo municipal.

As formas de ascensão social dos comerciantes por atacado no século XVIII, no Rio de Janeiro, podiam ser a participação na Câmara, que era freqüente apesar de proibida no período colonial; a compra de propriedades; obtenção de fazendas em pagamento de dívidas com negociantes prestamistas; financiadores das colheitas, das importações de bens de capital, artigos de consumo e de mão-de-obra, ou ainda obtenção de títulos nobiliárquicos por meio de doações. Adquiriam prestígio também pela participação nas organizações caritativas com donativos e/ou trabalho e figuração nos conselhos administrativos. Na minha pesquisa<sup>26</sup> observei que a aquisição de terras não era a forma mais comum de ascensão social no Rio, em contraste com os comerciantes de Charleston que

<sup>24</sup> Wilson Cano, "Economia do ouro em Minas Gerais (século XVIII)", *Contents*, núm. 3, São Paulo, pp. 7-77. O Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro possui documentos sobre a entrada de embarcações de cabotagem no porto do Rio de Janeiro.

<sup>25</sup> Alcir Lenharo, *op. cit.*, p. 17.

<sup>26</sup> Eulália Maria Lahmeyer Lobo, *op. cit.*, nota 22, p. 17; Riva Gorenstein, *op. cit.*

chegavam a adquirir propriedades arruinadas a fim de obter status aristocrático. Riva Gorenstein salienta como a vinda da Corte para o Rio provocou uma venda de terras de que se aproveitaram os comerciantes. João Fragoso também documenta esse processo e suas conseqüências sociais.

As principais fontes para estudar estes temas são as doações de sesmarias, os testamentos, as listas de comerciantes registrados, entre outras. Os mapas e plantas urbanas existentes no Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro e na Biblioteca Nacional também situada na antiga capital, informam sobre a distribuição espacial das várias modalidades do comércio por atacado, à varejo e por ramos. Sérgio Lamarão<sup>27</sup> faz um levantamento dessa fonte para o início do século. Para época recente a Prefeitura tem mapas especializados relativos ao comércio no Rio.<sup>28</sup>

A iconografia é uma fonte rica sobre alguns aspectos do comércio, principalmente do ambulante, e está associada em muitos casos aos relatos de viajantes. Um dos exemplos mais famosos é o da viagem de Jean Baptiste Debret,<sup>29</sup> que retratou com arte e realismo os mais variados vendedores de rua, livres e escravos. Este tipo de material e as fotografias ainda estão pouco explorados. O Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro possui abundante material fotográfico da cidade, inclusive sobre o comércio ambulante carioca, destacando-se a coleção de Gilberto Ferrez.<sup>30</sup>

A bibliografia sobre os escravos<sup>31</sup> ao ganho trata do comércio de rua, que era uma das atividades desempenhadas por este tipo de trabalhadores, e a vasta produção historiográfica sobre a cidade do Rio de Janeiro também se ocupa do tema do comércio, porém a maior parte da produção enfoca as transformações dessa cidade no início do século, o impacto das novas idéias modernas em confronto com as tradicionais, os deslocamentos da população em decorrência das mudanças no transporte, na iluminação e energia, no porto, o crescimento do setor secundário da economia, a perda da hegemonia na década de vinte e da liderança política com a transferência da capital para Brasília. O interesse principal voltou-se para a acumulação primitiva do capital, a pré-indústria e a indústria, e o estudo do comércio ficou em larga medida restrito a discussão do papel que desempenhou no modelo carioca de acumulação do capital. Os principais

<sup>27</sup> Sérgio Tadeu Niemeyer Lamarão, *Dos trapiches ao porto: um estudo sobre a área portuária do Rio de Janeiro*, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural/Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes, Rio de Janeiro, 1992, pp. 170-171.

<sup>28</sup> Lígia da Fonseca Fernandes Cunha, *Álbum cartográfico do Rio de Janeiro (séculos XVIII e XIX)*, Ministério da Educação e Cultura e Biblioteca Nacional, Divisão de Publicações e Divulgação, Rio de Janeiro, 1971.

<sup>29</sup> Jean Baptiste Debret, *Viagem pitoresca e histórica ao Brasil*, Editora Martins /Universidade Federal de São Paulo, São Paulo.

<sup>30</sup> Gilberto Ferrez, *O Brasil do primeiro reinado visto pelo botânico William John Burchell, 1825-1829*, Fundação João Moreira Salles/ Fundação Pró-Memória, Rio de Janeiro, 1981.

<sup>31</sup> Mary C. Karash, *Slave life in Rio de Janeiro; 1808-1850*, Princeton University Press, Princeton, 1987; Marilena Rosa Nogueira da Silva, *A nova fase da escravidão*, 1988.

guias sobre a evolução urbana do Rio de Janeiro tratam das teses e dissertações que representam a maior parte da produção historiográfica.<sup>32</sup>

Além desses trabalhos merecem destaque os livros de Maurício de Abreu<sup>33</sup> como visão de conjunto, e de Jaime Benchimol<sup>34</sup> sobre as transformações e as idéias da virada do século XIX para o XX.

Os códigos comerciais e a legislação sobre o comércio,<sup>35</sup> a literatura e os relatos de viajantes revelam a mentalidade dos comerciantes, suas lutas internas e com as autoridades, sua vida pública e privada, os preconceitos contra uma classe que lutava contra a hegemonia dos proprietários rurais, escravagistas e exportadores. O preconceito aparece de forma mais evidente quando se trata de comerciantes portugueses aos quais se associa o passado colonizador. As obras literárias mais famosas do ponto de vista do tema dos comerciantes são as de Gastão Cruis,<sup>36</sup> Aluisio de Azevedo,<sup>37</sup> Luiz Edmundo,<sup>38</sup> João do Rio.<sup>39</sup> Entre outros relatos de viagem salientam-se Henry Chamberlain,<sup>40</sup> J. M. Rugendas,<sup>41</sup> Saint Hilaire<sup>42</sup> e o mais específico e mais rico em informações, John Luccock.<sup>43</sup>

As principais fontes para o estudo do comércio de importação e exportação do Rio de Janeiro no período colonial concentram-se no século XVIII. As séries

<sup>32</sup> Carlos Humberto Corrêa (org.), *Catálogo das dissertações e teses dos cursos de pós-graduação em história, 1973-1985*, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1987; Maria Helena R. Capelato (coord.), *Produção histórica do Brasil, 1985-1994*, CNPQ História/Universidade Federal de São Paulo, São Paulo, 1995, 3 vols.; Lícia do Prado Valladares e Maria Josefina G. Sant'anna (orgs.), *O Rio de Janeiro em teses. Catálogo bibliográfico, 1960-1990*, UERJ, Rio de Janeiro, 1992; Vânia Leite Froes, Coordenação geral, Programa de Pós-graduação em História, UFF, *Catálogo de teses e dissertações, 1974-1995*, Universidade Federal Fluminense/CNPQ, Niterói, 1996.

<sup>33</sup> Maurício de A. Abreu, *Evolução urbana do Rio de Janeiro*, Instituto de Planejamento Municipal, Jorge Zahar Editor, Rio de Janeiro, 1987.

<sup>34</sup> Jaime Larry Benchimol, *Pereira Passos: um Haussman tropical*, Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro/ Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes, Rio de Janeiro, 1990.

<sup>35</sup> Achilles Bevilaqua, *Código comercial brasileiro*, Forense, 1969, 10a. ed.; *Código Commercial do Império do Brasil*, Coleção de Leis do Brasil; Didimo Agapito Veiga, *Código Commercial comentado e posto ao par da doutrina legislação e jurisprudência moderna*, Laemmert e Cia., Rio de Janeiro, 1901.

<sup>36</sup> Gastão Cruis, *Aparência do Rio de Janeiro*, José Olympio, Rio de Janeiro, 1952.

<sup>37</sup> Aluisio Azevedo, *O cortiço*, Ática, São Paulo 1995; *O mulato*, Ática, São Paulo, 1992.

<sup>38</sup> Luiz Edmundo da Costa, *Rio de Janeiro do meu tempo*, Conquista, Rio de Janeiro, 1957, 2a. ed.; *Recordações do Rio antigo*, Biblioteca do Exército, Rio de Janeiro, 1950.

<sup>39</sup> João do Rio, *A alma encantadora das ruas: crônicas*, Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro/ Secretaria Municipal de Cultura/ Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, Rio de Janeiro, 1987.

<sup>40</sup> Henry Chamberlain, *Vistas e costumes da cidade e arredores do Rio de Janeiro em 1819-1820*, Kosmos, Rio de Janeiro, tradução de Rubens Borba de Moraes, 1943.

<sup>41</sup> J. Maurício Rugendas, *Viagem pitoresca através do Brasil*, Martins/ Universidade de São Paulo, São Paulo, tradução de Sérgio Milliet, 1972.

<sup>42</sup> A. Saint-Hilaire, *Segunda viagem do Rio de Janeiro a Minas Gerais e a São Paulo*, Universidade de São Paulo, Belo Horizonte, Itatiaia, tradução de Vivaldi Moreira, 1974.

<sup>43</sup> John Luccock, *Notas sobre o Rio de Janeiro e partes meridionais do Brasil*, Universidade de São Paulo, Belo Horizonte, Itatiaia, tradução de Milton da Silva Rodrigues, 1975.

Sobre os viajantes existe o trabalho de A. do Vale Cabral, *Guia dos viajantes no Rio de Janeiro*, Laemmert, Rio de Janeiro, 1884, e Paul Berger, *Bibliografia do Rio de Janeiro de viajantes e autores estrangeiros (1531-1900)*, Secretaria de Educação e Cultura, Rio de Janeiro, 1980, 2a. ed.

mais importantes são as relativas às balanças comerciais e as frotas que se encontram em Portugal e no Brasil.

Em Portugal:

a) Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Lisboa. Livro de lembranças das entradas e saídas das frotas portuguesas e de outros navios para a América e Estado da Índia.

b) Inventário dos livros pertencentes ao Cartório da extinta Junta do Comércio, caderneta 467, núm. 74, códice de 158 folios (período de 1739 a 1763).

c) Livro das balanças de comércio, caderneta 467, núm. 26.

d) Arquivo do Ministério de Obras Públicas. Lisboa: Balanças gerais de Portugal com seus domínios e nações estrangeiras. SGC. 5.1; SGC. 5.2; SGC. 5.3; SGC. 5.4; SGC. 5.5; SGC. 5.6 (período de 1776-1777, 1783, 1798, 1796).

e) Arquivo da Câmara Municipal de Lisboa: Marcos dos navios. Códices núms. 1 a 35.

f) Biblioteca da Marinha, Lisboa. Listas de navios, 15 v. impressos no Brasil; Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro: Balanças Gerais de Comércio de Portugal com seus domínios e nações estrangeiras, 11, 4, 24; Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro: entradas de embarcações: códices 57-3-5 a 57-3-8.

Destacam-se alguns documentos de caráter descritivo tais como: “Descrição do Estado do Brasil, suas capitanias, produção e comércio”. British Museum, Department of Manuscripts, ADD-13-981 e o Regulamento do Comércio com o Brasil, Biblioteca Nacional, Lisboa, Coleção Pombalina, caixa 79, núm. 66.

O trabalho mais representativo sobre o comércio de importação e exportação do porto do Rio de Janeiro no período colonial é o de Corcino de Medeiros dos Santos,<sup>44</sup> intitulado *Relações comerciais do Rio de Janeiro com Lisboa*.

O meu estudo aborda o tema do comércio com a metrópole a partir das frotas.<sup>45</sup> A grande maioria da produção histórica versa sobre a questão do monopólio luso, o debate teórico sobre a economia colonial e o sistema capitalista comercial. Frédéric Mauro<sup>46</sup> fez um excelente balanço bibliográfico sobre o comércio de Portugal e Brasil de 1570 a 1670, dedicando uma parte ao Rio de Janeiro; Harold Johnson<sup>47</sup> traçou um quadro do comércio externo no início do século XIX.

Os dados pré-estatísticos do comércio externo do Rio de Janeiro no século XIX podem ser obtidos em vários almanaques. Os dados estatísticos foram levantados pelo Ministério da Fazenda, Diretoria de Estatística Comercial,

<sup>44</sup> Corcino Medeiros dos Santos, *Relações comerciais do Rio de Janeiro com Lisboa (1763-1808)*, Tempo Brasileiro, Rio de Janeiro, 1980.

<sup>45</sup> Eulália Maria Lahmeyer Lobo, “As frotas do Brasil” in Richard Konetzke e Jahrbuch für Kellenbenz, *Geschichte von Staat, wirtschafft und Gesellschaft Latein Amerikas*, Band 4, Köln, Graz, Böhlhlay Verlag, 1967, pp. 465-488.

<sup>46</sup> Frédéric Mauro, *Le Portugal. Le Bresil et l'Atlantique au xvii siècle (1570-1670)*, Fondation Calouste Gulbenkian/ Centre Culturel Portugais, Paris, 1983, 2a. ed.

<sup>47</sup> Harold B. Johnson Jr., “A preliminary inquiry into money, prices and wages in Rio de Janeiro, 1763-1823” in *Colonial roots of modern Brazil*, University of California Press, Berkeley, 1973.

Escritório de Informações do Brasil para o período de 1910-1914, de 1915 a 1919 e de 1922 a 1926. Para os anos de 1932 a 1936 as estatísticas ficaram a cargo do Ministério da Fazenda, Tesouro Nacional, Diretoria de Estatística Econômica e Financeira e depois Serviço de Estatística Econômica, a partir de 1939. O Ministério da Fazenda mantém uma biblioteca especializada no Rio de Janeiro que contem estas séries estatísticas para o Brasil, incluindo o Rio de Janeiro. O Ministério da Indústria, Comércio e Turismo também dispõe de dados estatísticos e promove análises técnicas da balança comercial global do país e por região.

A produção de economistas e historiadores sobre o comércio externo é geralmente de caráter global para o país, privilegiando os principais produtos de exportação, como por exemplo, a vasta bibliografia sobre o ouro ou o café, que foram itens principais da pauta do comércio externo do Rio de Janeiro por longo tempo. Outros temas importantes são o modelo exportador da economia brasileira; o processo de substituição de importações como o mecanismo de industrialização; os ciclos econômicos baseados no predomínio de determinados gêneros de exportação e, mais recentemente, a liberalização do comércio e a participação no Mercosul. A política de estabilização da moeda e cambial recente prejudica as exportações e beneficia as importações e o investimento do capital estrangeiro.

Não seria possível neste artigo analisar as correntes interpretativas gerais sobre o comércio exterior do Brasil.

Quanto ao porto do Rio de Janeiro, perdeu a primazia após o período do ouro e quando a produção do café migrou para São Paulo, privilegiando o porto de Santos na década de 1920. O custo elevado de operação do porto do Rio também prejudicou sua função redistribuidora, já dificultada pelas barreiras tributárias dos outros estados. Esta sendo inaugurado este ano o último terminal do porto de Sepetiba no estado do Rio, que fará forte concorrência ao porto carioca.

Os trabalhos específicos sobre o porto são na maioria relativos aos aspectos técnicos das instalações. São poucos os que tratam das firmas exportadoras-importadoras.

A análise da produção sobre comerciantes é muito complexa, porque envolve todas as inter-relações com o espaço geográfico, com a história urbana, com o contexto econômico, social e político. O presente artigo pretende apenas dar algumas indicações bibliográficas.

**OFERTAS ESPECIALES:**

Traje "Palm-Beach," propio para verano, sólo

**\$30**

Traje de casimir novedoso ideal, para uso diario, nada más

**\$40**

**BUCHER BROS**

"DONDE CADA TRAJE ES UN MODELO"

